

## ATA NÚMERO 181/XII/ 4.ª SL

### I PARTE

#### **Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus após o Conselho Europeu de 23 e 24 de outubro de 2014**

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, enquadrando a audição no âmbito da apreciação das conclusões do Conselho Europeu de 23 e 24 de outubro de 2014.

O Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus efetuou uma apresentação inicial, começando por se referir, na generalidade, aos assuntos tratados no Conselho Europeu e, em particular, ao quadro de ação relativo ao clima e à energia para 2030.

Nesse contexto, aludiu à importância da discussão a encetar sobre a estratégia a adotar e políticas associadas, designadamente em matéria de interligações e efeitos nos preços; da questão da segurança energética; da diversificação das fontes de energia fora da União Europeia; da questão das energias renováveis na península Ibérica; dos investimentos, associados às interligações, pressuposto das energias renováveis e a necessidade de ter um quadro regulatório estável; do acompanhamento pela Comissão Europeia das possibilidades de financiamento da EU com vista ao cumprimento da meta de 10% até 2020 e de 15%, até 2030; da exigência para encontrar uma solução, com urgência, para combater as alterações climáticas.

Em síntese, salientou como significativo o facto de se verificar consenso entre os vinte e oito Estados-Membros.

Em sede de debate, na primeira ronda, entrevistaram os Senhores Deputados Vitalino Canas (PS) para se pronunciar sobre a importância, para Portugal, de se ter chegado a acordo relativamente às metas para 2030 sobre energias renováveis e as interligações e questionar sobre a discussão em torno dos orçamentos de França e Itália; António Rodrigues (PSD) para se referir à questão da energia e à sua exportação no contexto da Península Ibérica e resto da Europa e assinalar questões relativas à nova Comissão Europeia, como o TTIP e a necessidade de se refletir sobre esta matéria e sobre o Semestre Europeu e a política orçamental e ainda, sobre a política externa europeia; José Ribeiro e Castro (CDS-PP) para se manifestar relativamente à epidemia do ébola, sobre a situação na Ucrânia, sobre o mecanismo único de supervisão e sobre as interconexões e o mercado da energia; Carla Cruz (PCP) para se referir à carta dirigida à Comissária Cecilia Malmstrong, relativamente

ao TTIP, assinada por catorze membros dos Governos, no caso de Portugal pelo Secretário de Estado presente e sobre as garantias do processo das interconexões; e Catarina Martins (BE), para questionar sobre o assunto da mencionada carta, tendo o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus respondido, individualmente, às questões colocadas.

No âmbito de uma segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados António Cardoso (PS) para se pronunciar sobre a questão do clima e sobre as interconexões e passagem da Península Ibérica para o resto da Europa; Carlos Costa Neves (PSD) para questionar sobre o financiamento das interconexões e sobre a posição do Reino Unido em matéria das imigrações; Carla Cruz (PCP) e Catarina Martins (BE) para reiterarem as questões relativas ao TTIP e à carta anteriormente mencionada; Bravo Nico (PS) para mencionar assuntos relativos ao emprego e inovação e ainda sobre as declarações da Chanceler Angela Merkel sobre os licenciados, em Portugal; e Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) para perguntar sobre a carta anteriormente referida, tendo o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus intervindo para responder ao conjunto de questões.

Na terceira ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Catarina Martins (BE) para reiterar as questões sobre a carta já mencionada; e Carla Cruz (PCP) sobre a condução dos trabalhos, tendo o Senhor Secretário de Estado respondido à primeira questão apresentada. A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata, podendo ser consultada na [página internet](#) da Comissão.

## II PARTE

### 1. Informações e outros assuntos

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Vitalino Canas (PS), deu início à II Parte da reunião, abordando os seguintes assuntos:

**1.1** A visita de trabalho de uma Delegação da CAE à Sérvia e Montenegro, constante do Plano de Atividades da CAE para 2015 tinha sido autorizada por S. Ex.<sup>a</sup> a Presidente da Assembleia da República.

**1.2** Sobre a Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimento (TTIP) deu nota dos seguintes desenvolvimentos:

Com o propósito de acompanhar esta matéria, informação recente, produzida pela Representante Permanente da AR junto da UE, dava conta de que tinha sido enviada uma carta dirigida à Comissária Cecilia Malmstrong, relativamente ao TTIP, focando, em especial, a proteção ao investimento. Esta carta tinha sido assinada por 14 Ministros/Secretários de Estados dos Governos do Reino Unido, República Checa,

Chipre, Estónia, Dinamarca, Finlândia, Croácia, Malta, Lituânia, Irlanda, Suécia, Espanha, Letónia e Portugal (neste caso, pelo Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus).

Relativamente à questão subjacente a esta carta tratava-se da inclusão ou não de uma cláusula de proteção ao investimento no TTIP, que previsse o ISDS (Investor-state dispute settlement). O ISDS é um mecanismo processual previsto em acordos internacionais de investimento entre Estados. A inclusão desta cláusula permitia que os investidores estrangeiros pudessem interpor ações contra o Estado, onde tinham investido, com base na alteração das circunstâncias prevista no acordo internacional ou circunstâncias supervenientes. No entanto, ao invés da ação ser interposta nos Tribunais do Estado, a empresa podia recorrer diretamente à arbitragem.

Neste sentido, recordava-se que o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, nas prioridades apresentadas ao Parlamento Europeu, em julho de 2014 (em anexo – cfr. Ponto 6, pp 7 e 8), tinha referido expressamente que *"Nor will I accept that the jurisdiction of courts in the EU Member States is limited by special regimes for investor disputes. The rule of law and the principle of equality before the law must also apply in this context."*

Junto com a referida carta a Representante Permanente da AR junto da UE tinha enviado, para os devidos efeitos, as orientações para as negociações do TTIP aprovadas no Conselho setorial de Negócios Estrangeiros de 14 de junho de 2013 que, entretanto, haviam sido desclassificadas.

**1.3** Sobre a carta enviada pelo Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, aos Parlamentos nacionais, em 5 de junho de 2014, na qual era referido que pretendia aprofundar a cooperação interparlamentar no âmbito do processo legislativo, procedeu à seguinte informação:

Pretendia-se com esta iniciativa que os Parlamentos nacionais, que quisessem, podiam partilhar com o Parlamento Europeu as suas posições ou a experiência nacional relativamente a legislação europeia, que a Comissão Europeia pretendia alterar, no ano seguinte.

Como co-legislador, o Parlamento Europeu tem um particular interesse em conhecer a implementação e aplicação da legislação europeia, das políticas europeias e dos programas europeus ao nível dos Estados-Membros e considera que os Parlamentos nacionais são um bom interlocutor. De igual modo, o Parlamento Europeu considera que os Parlamentos nacionais podem transmitir as preocupações das suas sociedades civis, relativamente a determinadas legislações, que podem ter utilidade no processo legislativo de alteração das mesmas, no parlamento Europeu.

O Parlamento Europeu manifesta o interesse em que esta iniciativa se repetisse anualmente, após a apresentação do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para o ano seguinte.

Nesse sentido, alguns Parlamentos tinham começado a responder - até ao momento, Países Baixos, Lituânia, Bundesrat Alemão e Folketinget Dinamarquês – demonstrando interesse nesta iniciativa do Parlamento Europeu. Em particular:

Tweede Kamer, Países Baixos:

A CAE debateu as possibilidades e consequências das sugestões apresentadas na carta do Presidente do Parlamento Europeu;

A CAE deliberou dar mais atenção à informação que pode ser útil para o Parlamento Europeu (PE) e ver em cooperação com a Representação do PE, nos Países Baixos, qual a informação que pode ser partilhada sobre a implementação da legislação europeia;

A CAE pretende aprofundar o debate sobre esta matéria, por exemplo, nas reuniões da COSAC.

Seimas, Lituânia:

Tendo em conta a lista das propostas legislativas compiladas pelo Parlamento Europeu, o Seimas submeteu a informação referente às iniciativas contidas no Programa de Trabalho de 2014, às Comissões que procederam à identificação das consideradas como muito relevantes.

Bundesrat Alemão:

Considerou a iniciativa do Parlamento Europeu um instrumento que deve aprofundar a cooperação entre as duas Câmaras e comunicará, em tempo adequado, as deliberações que vierem a ser tomadas.

Folketinget Dinamarquês

Embora o Parlamento dinamarquês escrutine a política de governação europeia, não avalia as propostas legislativas e a sua implementação, de forma sistemática. Contudo, recentemente começaram a aprofundar a forma como a legislação europeia é implementada a nível nacional. O Parlamento fornecerá informação relevante e pontos de vista sobre a aplicação da legislação da UE, quando for considerado oportuno.

Considerando a importância da iniciativa do Presidente do Parlamento Europeu, colocava-se a questão de saber se a Assembleia da República/Comissão de Assuntos Europeus tencionava responder.

#### 1.4 Sobre a realização da próxima reunião da Comissão:

Interveio a Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) para lembrar que existia um entendimento expresso em Conferência de Líderes de que as Comissões apenas reuniriam, caso se tratasse de questões urgentes, enquanto decorresse o processo legislativo do Orçamento de Estado para 2015.

Em seguida, interveio o Senhor Deputado António Rodrigues para manifestar concordância com o referido e recordar que era o que tinha acontecido em anos anteriores e que a próxima reunião da CAE teria lugar no dia 12 de novembro, em conjunto com a COFAP, em sede de especialidade do Orçamento de Estado mencionado.

O Senhor Vice-Presidente usou da palavra para dizer que iria transmitir ao Senhor Presidente da Comissão a indicação de que a CAR reuniria no dia 18 de novembro, tendo em conta a necessidade de apreciação e votação de Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias enquadrado no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa.

## 2. Seminário “Revisão da Estratégia Europa 2020 - Inovação, investigação e ciência”

O Senhor Presidente apresentou uma proposta sobre a calendarização das atividades da Comissão para 2015, incluídas no Plano de Atividades da Comissão para esse ano, e um formato de Programa para a realização do mencionado Seminário.

Foram os Serviços de apoio incumbidos de enviar a proposta aos Senhores Deputados da CAE, a fim de sobre ela se pronunciarem e apresentarem sugestões.

**3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

**a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Como conseguir uma Europa aberta e segura [COM(2014)154], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**

Deputado Autor do Parecer: João Lobo (PSD)

**Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante**

Apresentou o Parecer o Senhor Deputado João Lobo (PSD).

Em seguida, submetido a votação, foi o mesmo aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e o voto contra do PCP, registando-se a ausência do BE.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) apresentou uma declaração de voto, começando por felicitar o Autor pela clareza do Parecer e dizer que o PCP manifestava que o que estava sob a capa da manutenção e garantia das liberdades, da construção da Europa, nomeadamente o que estava subjacente ao FRONTEX era contrário a essa garantia. O que refutavam, claramente, era o carácter desumano, subjacente ao FONTEX e esta Comunicação tinha vindo reforçar as políticas securitárias, de carácter desumano com que se tratam os cidadãos que chegam à Europa. Por essa razão não acompanhava o Parecer.

**b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Eficiência energética e a sua contribuição para a segurança energética e o quadro político para o clima e a energia para 2030 [COM(2014)520], objeto de relatórios da Comissão de Economia e Obras Públicas e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Deputado Autor do Parecer: António Cardoso (PS)

**Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante**

Apresentou o Parecer o Senhor Deputado António Cardoso (PS).

Em seguida, submetido a votação, foi o mesmo aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e o voto contra do PCP, registando-se a ausência do BE.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) apresentou uma declaração de voto, começando por cumprimentar o Autor do Parecer e dizer que o que estava plasmado na Comunicação sobre o pacote da eficiência energética era que se tentava pintar de verde o capitalismo, e embora, tratando-se de dar agora importância à energia e à questão do clima, estavam a ser feitas negociações para aprofundar a desregulação e a tratar as questões do clima como se fossem de mercado. Não partilhando dessa visão, não acompanhava a Comunicação em apreciação.

**4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

- a) **Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 726/2004 que estabelece procedimentos comunitários de autorização e de fiscalização de medicamentos para uso humano e veterinário e que institui uma Agência Europeia de Medicamentos [COM(2014)557], objeto de Relatório da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local**

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS

**Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante** - O escrutínio desta iniciativa enquadra-se no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo prazo para envio de parecer às Instituições europeias termina no dia 26 de novembro de 2014.

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Ivo Oliveira.

- b) **COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Diretrizes para a análise do equilíbrio entre a capacidade de pesca e as possibilidades de pesca em virtude do artigo 22.º do Regulamento (UE) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à política comum das pescas [COM(2014)545], objeto de Relatório da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PSD

**Iniciativa selecionada**

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Cristóvão Norte.

- c) **COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** relativa a um quadro estratégico da UE para a saúde e segurança no trabalho 2014-2020 [COM(2014)332], *objeto de Relatório da Comissão de Segurança Social e Trabalho*

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PS

**Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante**

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado António Cardoso.

**5. Apreciação e votação da Ata n.º 180/XII relativa à reunião de 28 outubro de 2014.**

Submetida a votação, a Ata n.º 180/XII relativa à reunião de 28 outubro de 2014 foi aprovada com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE.

Palácio de São Bento, 18 novembro 2014.

**O PRESIDENTE**

**(PAULO MOTA PINTO)**

### Folha de Presenças

**Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:**

Alberto Costa  
António Cardoso  
António Rodrigues  
Bravo Nico  
Carla Cruz  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Catarina Martins  
Duarte Marques  
Gabriel Côrte-Real Goucha  
Ivo Oliveira  
Jacinto Serrão  
João Lobo  
José Ribeiro e Castro  
Nuno Filipe Matias  
Paula Gonçalves  
Paulo Mota Pinto  
Sérgio Azevedo  
Vitalino Canas  
Celeste Correia  
Francisco Gomes  
Rui Pedro Duarte

**Faltaram os seguintes Senhores Deputados:**

Ana Catarina Mendonça Mendes